



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

Andréa Santos Sena

**O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO NA SÉRIE DOCUMENTAL “INQUÉRITOS  
POLICIAIS” (1956-1990), DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO  
ESTADO DO PARÁ**

**BELÉM - PA  
2025**

Andréa Santos Sena

**O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO NA SÉRIE DOCUMENTAL “INQUÉRITOS  
POLICIAIS” (1956-1990), DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO  
ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão do Curso  
apresentado na Faculdade de  
Arquivologia da UFPA, como requisito  
básico para a conclusão do Curso de  
Arquivologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Gilberto Gomes  
Cândido

**BELÉM – PA  
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

S237p Santos Sena, Andréa.  
O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO NA SÉRIE  
DOCUMENTAL "INQUÉRITOS POLÍCIAIS" (1956-1990),  
DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO  
DO PARÁ / Andréa Santos Sena. — 2025.  
38 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,  
Faculdade de Arquivologia, Belém, 2025.

1. Identificação. 2. Documentação. 3. Arquivos. 4.  
Série Documental. 5. Inquérito Policiais. I. Título.

CDD 029

---

Andréa Santos Sena

**O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO NA SÉRIE DOCUMENTAL “INQUÉRITOS  
POLICIAIS” (1956-1990), DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO  
ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão do Curso  
apresentado na Faculdade de  
Arquivologia da UFPA, como requisito  
básico para a conclusão do Curso de  
Arquivologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Gilberto Gomes  
Cândido

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
(Orientador)

---

Profa. Dra Tama Lima Martins Faria  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Profa. Dra. Monica Tenaglia  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Me. Leonardo da Silva Torri  
Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

**BELÉM – PA  
2025**

Dedico ao meu pai, José Roberto, que sempre acreditou e me incentivou e foi o meu pilar principal durante essa jornada, obrigada!

## AGRADECIMENTO

Agradeço especialmente ao meu pai, José Roberto, que sempre me apoiou.

Agradeço também a minha família, a minha mãe, Edilene, assim como aos meus

irmãos, João e Amanda, minhas tias, Rosidete e Sofia e meu primo Daniel.

Agradeço também aos amigos da Faculdade, Tatiana, Beatriz, Eduardo e Andrícia.

Agradeço também aos professores da Faculdade de Arquivologia, em especial, ao

Professor Gilberto Cândido, Professora Mônica Tenaglia e a Professora Iane Batista.

Agradeço aos servidores do Arquivo Público do Estado do Pará, especialmente ao senhor Tarcísio e aos outros servidores do setor de documentação, senhora Adélia e senhora Nazaré, estes com quem tive o privilégio de trabalhar por quase um ano e ao diretor Leonardo Torii.

Agradeço, especialmente, a meu orientador, o Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido e a coorientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Tenaglia, pela paciência.

E por fim, agradeço a banca examinadora Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Tenaglia, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tamara Faria e Me. Leonardo Torii por aceitarem avaliar este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como intuito apresentar o processo de identificação da série documental de Inquéritos Policiais, que pertence ao fundo da Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Como objetivos específicos, procurou-se conceituar a função identificação; apresentar SEGUP, o APEP e a série documental de Inquéritos Policiais e o processo de identificação na organização da série documental Inquéritos Policiais. Para produção desta pesquisa, foi aplicado o método de estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e teve, como fontes de evidência, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com o servidor do setor de documentação do APEP. Foi realizada, também, uma revisão bibliográfica para a construção do referencial teórico sobre o conceito de identificação, além de levantamento bibliográfico e documental para a compreensão da SEGUP e do APEP. Como desfecho, entende-se, por meio do contexto histórico, o desenvolvimento dessa documentação e se habituar às suas instituições tanto de origem quanto de guarda, bem como a sua importância para a sociedade. Ademais, compreendeu-se como se deu processo de identificação da série documental. Dessa maneira, é plausível concluir que a identificação pode agregar como referência para projeto e pesquisas futuras sobre essa documentação, auxiliando no entendimento da história local, memória social e sua reconstrução.

**Palavras-chave:** Identificação. Documentação. Arquivos. Série Documental. Inquérito Policiais.

## ABSTRACT

This research aims to present the identification process of the Police Inquiry documentary series, which belongs to the Public Security Secretariat (SEGUP) fund, on the custody of the Pará State Public Archive (APEP). As specific objectives, we sought to conceptualize the identification function; present and contextualize the SEGUP, APEP and the Police Inquiry documentary series and their identification process. To produce this research, the case study method was applied, of exploratory and descriptive nature with a qualitative approach and has, as sources of evidence, documentary research and the semi-structured interview with the server of the APEP documentation sector. A bibliographic review was conducted to construct the theoretical framework on the concept of identification, in addition to a bibliographic and documentary survey to understand SEGUP and APEP. As a result, it was possible to understand, through the historical context, the development of this documentation and to get acquainted with its institutions of origin and custody, as well as its importance to society. Furthermore, it is understood how the identification process for this documentary series occurred. Thus, it is plausible to conclude that the identification of this documentary series can be used as a reference for future projects and research, helping to understand local history, social memory and its reconstruction.

**Keywords:** Identification. Documentation. Archives. Documentary Series. Police Investigations

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Inquérito Policial .....	28
Figura 2 - Acervo de Inquéritos Policiais.....	28
Figura 3 - Ficha de Identificação, Parte 1.....	30
Figura 4 - Ficha de Identificação, Parte 2.....	31

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perguntas aos servidores do APEP sobre a série documental de Inquéritos Policiais .....	15
Quadro 2 - Séries que formam o fundo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP).....	24
Quadro 3 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais .....	29
Quadro 4 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais .....	29
Quadro 5 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais .....	29
Quadro 6 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais .....	30
Quadro 7 - Acesso e Difusão da série documental de Inquéritos policial .....	32

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.</b>	<b>A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.</b>	<b>A SÉRIE DOCUMENTAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1</b>	<b>A Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP) .....</b>	<b>23</b>
<b>3.3</b>	<b>A Série Documental de Inquéritos Policiais.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3.1</b>	<b>O processo de identificação na organização da série documental Inquéritos Policiais</b>	<b>28</b>
<b>4.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Arquivologia possui teoria, práticas e métodos para organizar os documentos de arquivo. Existe uma compreensão, entre muitos autores, de que a área desempenha uma variedade de funções. Para Couture e Rousseau (1998), por exemplo, há sete funções arquivísticas que abrangem a criação/produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, difusão e a preservação dos documentos.

A identificação, no campo da Arquivologia, passou a ser compreendida, enquanto uma função, somente nas últimas décadas, a partir da perspectiva de que possui diversas contribuições para a realização de outras funções. Entende-se que suas atividades se iniciam com a identificação do órgão/instituição produtora e suas atividades administrativas, além da composição do acervo e do contexto em que as informações foram produzidas.

As atividades de identificação começaram a ser caracterizadas como uma função arquivística a partir da compreensão dos trabalhos de pesquisas referente a fundos aglomerados em arquivos, especialmente, pela arquivística espanhola, onde o conceito se estabeleceu como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (Diccionario de Terminología Archivística, 1993, p. 37).

No Brasil, a palavra identificação pode ser encontrada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional, (2005, p. 104), com a seguinte definição: “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Tendo como base a citação do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) se faz possível inferir que a identificação é uma atividade fundamental nos processos de gestão de documentos e de tratamento documental, por permitir a racionalização e controle das informações a partir da sua produção, além da organização de massas documentais acumuladas. Os documentos, organizados apropriadamente, permitem a eficiência administrativa e colaboram com a difusão do conhecimento.

Segundo Indolfo (2007, p. 29):

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

Tais aspectos, com relação aos documentos de inquéritos policiais, destaca-se sua capacidade de servir de fonte de informação para a história local ao apresentarem várias informações sobre interações sociais e o cotidiano. Isso mostra que, por meio do documento, é possível analisar as principais regras/leis presentes na época, diferentes tipos de enfrentamento, controle/punições e tensões/conflitos. Esses vieses se mostram decisivos para possibilitar diversas pesquisas sobre a memória e história social.

Ademais, os documentos de inquéritos policiais podem servir de prova e informação sobre o papel do Estado em relação à sociedade, sua forma de atuação e a comprovação de abusos.

No caso do estado do Pará, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) é uma instituição que produz e armazena muitos documentos, cujo acervo histórico foi recolhido ao Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Sobre o APEP, Torii (2015, p. 1) demonstra que:

O APEP é uma das principais instituições arquivísticas do Brasil no que se refere à guarda da documentação colonial e imperial. Ele guarda informações importantes acerca das relações políticas, sociais, culturais e ambientais da Amazônia durante os períodos Colonial e Imperial, entre os anos de 1649 a 1889, além da documentação que corresponde ao período Republicano.

No caso do acervo da SEGUP, o conjunto de documentos está dividido em diferentes séries documentais e, entre elas, a série documental de Inquéritos Policiais.

Logo, a pesquisa apresenta o seguinte problema: Como está sendo feito o processo de identificação da série de inquéritos policiais (1956-1990) sob guarda da APEP?

Assim, tendo como base o problema, chegou-se ao seguinte objetivo geral: analisar o processo de identificação da série documental de Inquéritos Policiais, do fundo SEGUP, depositado no APEP.

Para cumprir o objetivo geral do trabalho, foram realizados os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar a identificação enquanto uma função arquivística;
- Apresentar a série documental de Inquéritos Policiais, pertencente ao fundo SEGUP, custodiado pelo APEP;
- O processo de identificação na organização da série documental Inquéritos Policiais;

Posto isto, para os objetivos fossem atingidos, foi desenvolvido, como processo metodológico, os seguintes aspectos: foi efetuado um estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e tendo, como fontes de evidência, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com profissionais envolvidos nas atividades de identificação da série documental de Inquéritos Policiais da SEGUP. A análise dos resultados foi realizada por meio de inferência tendo como base a entrevista.

A pesquisa qualitativa aborda vários meios mediante práticas diversas, o que pode colaborar com o desenvolvimento de trabalhos em vários níveis tanto de entendimento quanto interpretativamente.

Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), a pesquisa qualitativa:

É uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem.

A abordagem qualitativa por meio da observação e das práticas materiais e interpretativas modifica o meio em várias representações, permitindo a inclusão de entrevistas e outros formatos, demonstrando sua utilização para os pesquisadores.

Além das entrevistas, a pesquisa realizou uma revisão bibliográfica para a construção do referencial teórico sobre o conceito de identificação, além de levantamento bibliográfico e documental para a compreensão da SEGUP e do APEP.

A entrevista semiestruturada foi construída com base nas seguintes perguntas abertas, desenvolvidas, mediante as necessidades de aperfeiçoamento da pesquisa e aplicadas presencialmente no dia 21 de outubro de 2024, após agendamento com antecedência via e-mail, seguindo um roteiro impresso. Contudo, adições foram feitas durante a gravação da entrevista, conforme no Quadro 1:

Quadro 1 - Perguntas aos servidores do APEP sobre a série documental de Inquéritos Policiais

<b>ASSUNTO</b>	<b>ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA</b>
<b>1. RECOLHIMENTO</b>	<p><b>1.1</b> Como se deu a localização e recolhimento do acervo da SEGUP ao APEP?</p> <p><b>1.2</b> Quando o recolhimento foi realizado?</p>
<b>2. TRATAMENTO</b>	<p><b>2.1</b> Quando as atividades de tratamento documental foram iniciadas?</p> <p><b>2.2</b> Quantas caixas tem a série documental de Inquéritos Policiais e o fundo da SEGUP? e qual o recorte temporal desse fundo e da série especificamente?</p> <p><b>2.3</b> Como está sendo feita a identificação da série documental de Inquéritos Policiais?</p> <p><b>2.4</b> Quais servidores participaram do recolhimento?</p> <p><b>2.5</b> Quantos estagiários já passaram por essa série?</p> <p><b>2.6</b> A quanto tempo esse processo está em andamento? Como está se desdobrando?</p> <p><b>2.7</b> Qual o prazo para a finalização da organização dessa série?</p>
<b>3. ACESSO</b>	<p><b>3.1</b> Atualmente, essa série está disponível ao público?</p> <p><b>3.2</b> Se sim, há critérios e procedimentos para a disponibilização da série?</p> <p><b>3.4</b> Há restrição quanto a alguma parte dos materiais?</p> <p><b>3.5</b> O APEP promove essa série através de atividades de difusão?</p>
<b>4. COMENTÁRIO</b>	<p><b>4.1</b> Há outras informações sobre esse fundo que o senhor (a) gostaria de nos contar?</p>

Fonte: Elaborado pela autora 2024.

Tendo como base o Quadro 01, após a aplicação da entrevista semiestruturada, por meio da gravação e das anotações, as informações obtidas foram transcritas, organizadas e, posteriormente, adicionadas ao trabalho, por meio das abstrações realizadas por meio da inferência sobre essa.

Em síntese, esta pesquisa se justifica por buscar agregar com pesquisas em torno dessa documentação, importante para sociedade, para desenvolvimento da memória social e aumento dos debates sobre essa temática.

Vale ressaltar que o interesse pela pesquisa surgiu após estágio realizado no APEP, no âmbito da organização da série documental de Inquéritos Policiais, cujo

conhecimento adquirido contribuiu para a construção deste trabalho. Acredita-se, ainda, que esta pesquisa pode contribuir para melhor compreensão da utilização da função arquivística identificação, mediante ao processo de identificação do fundo da SEGUP, realizado no APEP, à luz da referida série documental.

Com isso, reconhecemos a relevância da identificação da série documental de inquéritos policiais para pessoas, grupos, associações e a sociedade. De modo que, posteriormente, possa vir contribuir como referência para projetos e pesquisas sobre esse recorte temporal, agregando a história local, e contribuindo como um recurso para a memória social e sua reconstrução.

Esta pesquisa, estrutura-se da seguinte forma: além da Introdução, na Seção 2, é conceituada a função arquivística Identificação; na Seção 3, são apresentados a série documental de Inquéritos Policiais e o processo de identificação na organização; e, por fim, nossas considerações finais.

## 2. A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA IDENTIFICAÇÃO

O conceito de documento teve a sua aceção alterada no decorrer do tempo, advindo de alguns fatores, tais como:

O conceito de Patrimônio Documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo, no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de informação), Informação (dados do conhecimento registrado) ou Fonte Histórica (todo o dado precedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objetiva, relacionado com a atividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não reelaborado, do conhecimento do passado (Lage, 2002, p. 15).

Tais modificações ocorreram tendo como base as mudanças culturais e políticas que impactaram tanto na conceitualização do termo quanto na forma/estrutura do documento de arquivo. Posto isto, pode-se compreender os documentos de arquivos como fontes que demonstram, de formas variadas, como a sociedade produz/elaborou informações e como essas podem ser interpretadas.

Assim, a interpretação do documento de arquivo, por meio de sua elaboração, segundo Rodrigues (2005, p. 5) ocorre uma vez que:

[...] conservam registros de ações e de fatos como prova da gestão que os produziu, dos quais são produtos naturais. [...] o arquivo se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto mais amplo de produção, às origens funcionais.

Logo, o documento de arquivo é registrado em suporte (meio do registro) ou formato (estrutura, ou seja, configuração física) devido às diferentes atividades exercidas por órgãos ou instituições, sejam essas públicas ou privadas. Com isto, cada documento de arquivo possui características próprias que se apresentam por meio dos elementos/caracteres que constituem sua estrutura, onde se abrangem componentes intrínsecos e extrínsecos. Esses elementos são analisados pela perspectiva de observação e entendimento da Diplomática.

Observa-se, assim, que a Arquivologia tem como interesse de estudo as informações registradas em documentos de arquivo, sendo estes elaborados ou recebidos por pessoas física, jurídica, pública ou privada nos afazeres de suas atividades. Ocupando-se da análise de sua forma física e virtual e os considerando como parte integrante do fluxo organizacional e da construção da memória social, não importando seu suporte, mas, sim, a informação nele contida.

Posto isto, observa-se como sendo substancial a análise do conceito da função arquivística identificação no contexto arquivístico brasileiro, já que a existência desse contexto está fundamentada na diplomática e na tipologia documental. O estudo do documento de arquivo na Arquivologia e pela diplomática clássica e contemporânea no cenário da identificação:

A identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística (Rodrigues, 2008, p.131).

De modo a amplificar o meio para melhorar o desempenho das funções arquivísticas no ciclo do tratamento técnico documental. Logo, a diplomática contemporânea explora os componentes que apresentam a organicidade manifestada na correlação do documento de arquivo e a sua circunstância de produção, visando “[...] compreender a ação da qual participa o documento e o documento em si mesmo” (Duranti, 1995, p.179).

Assim, ao se compreende que a tipologia documental, como campo de estudo, se resulta do aprimoramento dos princípios utilizados pela Diplomática. No qual visa auxiliar na identificação do tipo documental, que está relacionado previamente à verificação do formato espécie documental.

Portanto, a análise realizada, mediante a tipologia documental, modifica o ponto de vista, se apoiando na premissa dos procedimentos que se encontra, a contextualização como um percurso para entender o tipo documental e posteriormente a série documental.

Desta forma, quando identificado o documento de arquivo por meio de sua tipologia documental, consideramos que ele é resultado de uma ação específica que foi elaborado no decorrer de conjunto de situações, que visa:

possibilitar melhor identificação do conteúdo da informação, foram empregadas funções, atividades, espécies e tipos documentais, genericamente denominados assuntos, agrupados segundo um código de classificação, cujos conjuntos constituem o referencial para o arquivamento dos documentos (Arquivo Nacional, 2001, p. 9).

Os documentos de arquivo são acumulados por diversos fatores, via funções e atividades de pessoas físicas ou jurídicas, em instituições públicas e privadas, em tipos diferentes de suportes. Nesse contexto, os documentos identificados nos padrões da diplomática são identificados pelo tipo documental e pela espécie documental com a intenção de agrupar a série documental, o que:

Significa separar, diferenciar, distinguir ou dividir um conjunto de elementos da mesma composição (órgão produtor, competências, funções, atividades) em classes e subclasses documentais que se articulam formando o fundo de arquivo. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012).

Deste modo, identificar e juntar os documentos de arquivos em séries documentais demonstram a condição dos dados alcançados. A partir disso:

Este conhecimento sobre o órgão produtor combinado a um processo analítico dos documentos produzidos, a partir do conhecimento das suas características internas e externas, permite chegar à identificação das séries documentais (López Gómez, 1998, p.39).

Sobre a ótica da Arquivologia, a função identificação está no âmbito da gestão de documentos, sendo esse “conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos” (Dicionário de terminologia arquivística, 1996, p. 41).

A ideia de gestão de documentos, no contexto brasileiro, é definida no artigo 3º da lei de Arquivos, a lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991:

“o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991).

Diante disso, a gestão de documentos aprecia o documento desde sua elaboração até sua destinação final: guarda permanente ou eliminação. Desse modo, a identificação foca no documento de arquivo, reunindo aspectos que ajudam a

reconhecer e possibilitar a organização essencial, tanto no meio físico quanto eletrônico.

Quando os procedimentos técnicos e operacionais da gestão documental não são propriamente desenvolvidos, enfrenta-se um cenário de realização de ações voltadas a lidar com as massas documentais acumuladas nas organizações. A função identificação continua sendo uma importante atividade necessária junto a outras que são, igualmente, relevantes para a organização dos documentos.

Portanto, no que tange ao processo de tratamento, Bellotto (2004, p. 127) evidencia que a identificação deve ser uma atividade realizada preliminarmente “[...] antes de qualquer outro processamento técnico, na organização no arquivo permanente”. Visto que, busca contribuir para com o tratamento da massa documental acumulada, elaborando assim condições necessárias para identificação de fundos.

Logo, a função Identificação se dispõe a identificar o documento elaborado por uma instituição/órgão, mediante as circunstâncias de seus aspectos e componentes, de modo a compreender a logística, a formação do documento e o grupo documental ao qual faz parte, por meio do estudo da tipologia acerca da gênese documental.

A realização da identificação arquivística é possível no decorrer de todo o processo de organização dos documentos, porém, deve ter como preferência, ser inicializada na fase corrente, na condição da produção, pois assim pode facilitar/apoiar a realização das outras funções arquivísticas. A orientação da utilização da identificação arquivística, possibilita o entendimento dos outros processos administrativos de um órgão/instituição, contribuindo para a prática de outras funções na atividade do tratamento, com fundamento da função identificação e o entendimento entre as ligações que os documentos recebidos/produzidos retêm com outros conjuntos documentais.

Segundo Rodrigues (2008, p. 231):

Para a arquivística espanhola, a identificação é uma fase independente da metodologia arquivística, qualificada como do tipo intelectual, a qual consiste em estudar analiticamente o órgão produtor e a tipologia documental por ele produzida e que antecede as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição).

Dessa forma, a identificação é uma função fundamental que antecede as funções arquivísticas da classificação/arranjo, avaliação, descrição e difusão, ou seja, atividades que compreendem a gestão de documentos e o tratamento documental.

Isto se deve à importância da identificação para o levantamento de informações sobre órgão produtor e o conteúdo do acervo. Segundo La Torre Merino; Martín-Palomino y Benetito (2000, p. 40-41), as atividades de identificação “[...] dirigem tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase”.

É essencial destacar que o termo identificação, no contexto arquivístico, surgiu nos anos de 1980 e passou a ser utilizado por vários grupos de arquivistas, a partir disso o conceito se desenvolveu como viés para caracterizar os trabalhos de pesquisas referente a fundos aglomerados em arquivos, foi posteriormente introduzido no Dicionário de Terminología Archivística, em sua primeira publicação em 1993.

Para Bueno e Rodrigues (2016, p. 24), a função identificação arquivística:

Foi desenvolvida como fase preliminar à avaliação e classificação arquivística, porquanto é entendida como uma metodologia de investigação científica para a identificação do contexto de produção do documento e seus vínculos orgânicos e funcionais e a identificação do objeto produzido, ou seja, o tipo documental.

Esse método da arquivística auxilia distinguir o documento, organizar as séries documentais, com suporte para a sua abordagem de tratamento apresenta-se como identificação arquivística, nas últimas décadas mediante a estudos teóricos e práticos desenvolvidos em arquivos a função vem se consolidando como “[...] processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas nas quais se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um de seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais” (Carmona Mendo, 2004, p.41).

Logo, o conhecimento científico gerado acerca dos documentos de arquivo durante o estágio da identificação, proporciona um suporte em que se pode estabelecer o início do projeto de tratamento documental arquivístico. Esse processo ascendeu com a elaboração da definição do conceito adicionado no Dicionário

Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), no qual a identificação é conceituada como uma etapa do tratamento técnico dos arquivos.

### **3. A SÉRIE DOCUMENTAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS**

A série documental de Inquéritos Policiais faz parte do fundo documental da SEGUP, que inclui documentos de diversas delegacias, departamentos e divisões da região metropolitana de Belém/PA e do interior.

Essa documentação ficou infelizmente exposta em um ambiente insalubre, além disso, o tratamento está sendo feito tardiamente, quando deveria ter passado por um tratamento documental desde sua elaboração, desta forma a documentação teve sua integridade prejudicada, uma vez que esteve sem o tratamento adequado, porém, seu processo de identificação ajuda a compreender adequadamente o recorte temporal em que ela foi elaborada e sua instituição de origem. Essa série documental e o fundo da SEGUP, foi uma das últimas incorporações feitas pelo APEP em 2008.

#### **3.1 A Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP)**

A formalização da SEGUP foi realizada na década de 1940, por meio do estabelecimento do Departamento de Segurança Pública, acordado pelo Decreto nº 3.621/1940. No fim da década de 1950, o Departamento de Segurança Pública mudou de nomenclatura para Secretaria de Segurança Pública, por intermédio da Lei nº 1.693/1959. Posteriormente, ocorreram várias mudanças em decretos e leis que modificaram as diretrizes de desempenho e disposição jurídica da SEGUP.

Em 2011, essa passou a se denominar como Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, estabelecendo-se como órgão principal do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). A SEGUP possui a incumbência de monitorar, coordenar, avaliar e supervisionar as atividades de outros órgãos que fazem parte do Sistema de Segurança, pretendendo atestar a manutenção da ordem pública, preservando a segurança e os direitos do patrimônio e dos cidadãos.

Posto isto, a SEGUP é formada por aglomerado de cinco organizações: Polícia Civil do Estado do Pará, Polícia Militar do Estado do Pará, Secretaria de

Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), Corpo de Bombeiros Militar do Pará e Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”.

No que diz respeito à SEGUP, é um importante órgão público, seus documentos são fontes de registro da história paraense, desde sua criação há mais de 80 anos, é uma instituição que produz um grande acervo que pode informar sobre as mudanças sociais.

Logo, o Fundo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará é formado por mais de 1.000 caixas, que está sobre a guarda do APEP, divididas em várias séries, apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Séries que formam o fundo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP).

<b>SÉRIES</b>			
1. Atas	8. Inquéritos Policiais	15. Registro de Comissário e Agente Policial de Castanhal	22. Termo de Entrega de Naturalização
2. Cartão de Ponto	9. Laudos Médicos	16. Registro de Empregados a Delegacia de Santa Isabel	23. Termo de Posse
3. Contracheque	10. Lista de Frequência	17. Registro de Fiança	
4. Cópias de Inquéritos	11. Ocorrências Policiais	18. Registro de Laudos Médicos	
5. Corpo de Delito, Conjunção Carnal e Perícias	12. Portarias	19. Registro de Mulheres Solteiras (Prostituição)	
6. Frequência de Funcionários da Delegacia de Homicídios	13. Processos	20. Registro de Naturalização	
7. Inquéritos Administrativos	14. Registros de Armas (Santa Isabel)	21. Registro de Presos	

Fonte: APEP (2023).

Nota-se, a partir do quadro 2, que as séries documentais que constituem o fundo da SEGUP, já foram inicialmente organizadas e podem contribuir para identificação dessa documentação, bem como, entender se houve a eliminação indevida dos documentos pela instituição original que o tinha sob sua guarda ou sua deterioração.

O fundo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), foi recolhido em 2008 para o arquivo permanente do APEP, advindo da própria SEGUP, onde estava localizado em um Arquivo Setorial, em um prédio desativado.

Quando a então diretora do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (APEP, 2007-09), fez as tratativas entre 2007 e 2008 para aquisição desse fundo, que foi um dos últimos incorporado pela instituição do APEP que tem um acervo formado por documentos vindos de vários órgãos/instituições públicas após a sua extinção ou por conta da temporalidade dos documentos.

No que tange, os documentos de arquivos públicos, Sousa (2003, p. 264) ressalta haver adversidades nessas instituições públicas no âmbito Brasil, visto que:

[...] A disposição da documentação existente nos setores de trabalho dos órgãos é invariavelmente abandonada nesses depósitos de massas documentais acumuladas. [...] As soluções encontradas resumem-se, em muitos casos, na microfilmagem sem critérios predefinidos. Transfere-se para outros suportes a desorganização existente nos suportes originais. Observa-se, hoje, a substituição desse processo pelo de digitalização.

O armazenamento de documentos físicos, seja feito em um lugar específico, para a conservação ou não, a correlação desses arquivos com os outros que foram recebidos/produzidos durante as atividades a favor de um processo, deve ser apresentada em um instrumento de identificação, com o propósito de manter a organicidade.

### **3.2 Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)**

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) foi instituído oficialmente em 1901, mediante ao Governador do Estado na época, Augusto Montenegro, que o efetivou como órgão/Instituição da administração estadual. A princípio reunido com a então Biblioteca Pública, essa união da Biblioteca/Arquivo ocorreu até a década de 1980, quando houve a autonomia e a separação entre as duas partes. O arquivo público entende-se como “[...] entidade coletiva pública, independentemente de seu

âmbito de ação e do sistema de governo do país” (Dicionário... Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.35).

Assim sendo, o APEP é uma das principais instituições arquivísticas brasileiras, dos quais possui um dos mais complexos e ricos acervos documentais presentes no Brasil. Os quatro milhões de documentos guardados pela instituição, são componentes importantes para a história e memória do Pará e da região Amazônica entre os séculos XVII e XXI. Sua função é preservar, organizar, disponibilizar e divulgar o patrimônio documental do Estado e promover o acesso à informação e a difusão da documentação que está sob sua guarda (SARRAF PACHECO; TORII, 2015).

O APEP se faz de suma relevância por custodiar fontes históricas por meio de documentos, assim como patrimônio cultural, apresenta uma vasta diversidade de assuntos ligados à política, cultura e outros assuntos da região amazônica. Segundo Batista e Torii:

O APEP é uma das principais instituições arquivísticas do Brasil no que se refere à guarda da documentação colonial e imperial. Ele custódia informações importantes acerca das relações políticas, sociais, culturais e ambientais da Amazônia durante Colônia e Império entre os anos de 1649 e 1823, além da documentação que corresponde ao período Republicano. Seu acervo é composto por aproximadamente quatro milhões de documentos, dispostos em cerca de 1.760 metros lineares, entre documentos avulsos e códices, encadernados, textuais (impressos e manuscritos) e iconográficos, que abrangem o espaço de tempo entre os séculos XVII e XX (Batista; Torii, 2018, p. 560).

O acervo do APEP é constituído por documentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, também pode-se incluir Documentos Especiais, que formam as coleções de cunho Cartográfica e Iconográfica. Mapas, plantas e desenhos de natureza específica também fazem parte do acervo do arquivo.

### **3.3 A Série Documental de Inquéritos Policiais**

Em entrevista concedida no dia 21 de outubro de 2024, aplicada presencialmente, o entrevistado servidor do APEP afirmou que: “A série documental

de Inquéritos Policiais datam do período entre os anos de 1956 e 1990, e somam mais de 413 caixas-arquivo, armazenadas em uma reserva técnica”. Essa série está organizada em Unidade Policial (Delegacias), dos bairros de Belém, outras cidades do estado do Pará e outras divisões como a Divisão de Repressão a Entorpecentes e Delegacia de Ordem Política e Social do Pará (DOPS/PA) entre outras.

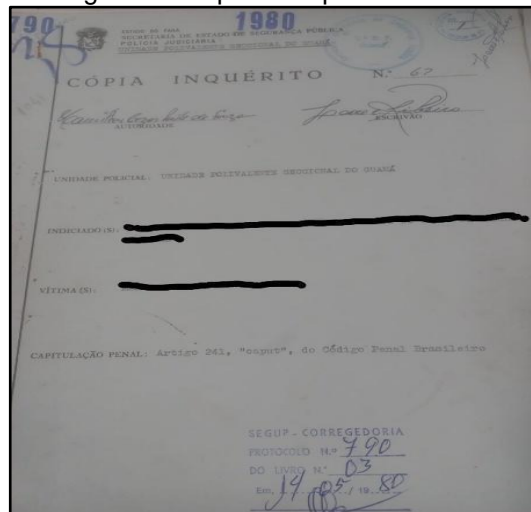
Mediante a isto, os documentos históricos, estão escritos a mão ou datilografado, demonstrando a mudança tecnológica, utilizada para anotar/guarda as informações, contidas de cada caso, o que permite diferentes pesquisas, por meio dos inquéritos é possível entender o processo de investigação e apuração por meio dos trâmites oficiais e posteriormente pela documentação arquivada.

Assim, os documentos dos inquéritos policiais detêm informações de grande valor que auxiliam na análise da evolução ou estagnação/retrocesso das regras/leis em nossa sociedade, no passado e na atualidade, e como os cidadãos conviveram e lidaram com esse controle/punições ou até que ponto enfrentaram e conseguiram obter algumas mudanças.

Vale ressaltar, que alguns desses dossiês constam como anexos os tipos de provas originais dos casos como: projétil de bala, panfleto erótico, chapa de raio-x entre outros. Desse modo, enriquecendo os detalhes dessa documentação, o teor dos inquéritos policiais pode ser variado, assim como a versão da documentação pode ser a original ou uma cópia, as duas alternativas podem ser encontradas na série documental de Inquéritos Policiais.

A título de exemplo, na Figura 1 e 2 pode ser observado a capa de um inquérito policial e o acervo a qual pertence:

Figura 1 - Capa do Inquérito Policial



Fonte: Acervo de Inquéritos Policiais

Figura 2 - Acervo de Inquéritos Policiais



Fonte: Acervo de Inquéritos Policiais

Se evidencia, ainda, que os documentos que compõem os inquéritos policiais são de natureza sensível, por descreverem situações envolvendo autor e vítima, que podem requerer que essas informações não sejam de conhecimento público.

### 3.3.1 O processo de identificação na organização da série documental Inquéritos Policiais

Mediante entrevista semiestruturada, com o objetivo inicial de entrevistar todos os 3 servidores e a estagiária do setor de documentação do APEP, sobre a série documental de Inquéritos Policiais, todavia, 2 servidoras e a estagiária não se

encontravam presente no dia em questão, a entrevista acabou sendo feita somente com o chefe do setor e líder do projeto de identificação do fundo da SEGUP.

Posto isso, os quadros apresentados a seguir fazem referência aos tópicos tratamento, acesso e difusão da entrevista.

Quadro 3 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais

Pergunta	Resposta
2.1 Quando as atividades de tratamento documental foram iniciadas?	As atividades de tratamento documental na série documental de Inquéritos Policiais foram feitas desde o início da incorporação do fundo da SEGUP, foi elaborado um trabalho de levantamento inicial, de 2008 até 2010, das atividades de caixas e do tipo documental que existe neste fundo.

Fonte: elaborada pela autora 2024.

O quadro 3 apresenta a resposta, referente à pergunta sobre o início do tratamento da série documental de Inquéritos Policiais, ficando evidente o trabalho de levantamento, guarda e armazenamento dos documentos do fundo da SEGUP e a identificação de dados importantes.

Quadro 4 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais

Pergunta	Resposta
2.3 Como está sendo feita a identificação da série documental de Inquéritos Policiais?	O processo de identificação da série documental de Inquéritos Policial de início durou cerca de um ano (2008), onde foi feita uma relação somente dos crimes cometidos em cada inquérito, após isso houve pessoas que vieram atrás dessas informações, pessoas que participaram dos crimes, vítimas e parentes de vítimas e elas não queriam saber sobre o crime cometido, mas sim das pessoas envolvidas.

Fonte: elaborada pela autora 2024.

Então pode-se analisar aqui a resposta obtida na entrevista, no qual se refere como está sendo feita a identificação, onde foi concluído pela equipe da documentação do APEP, que somente essa identificação dos crimes não era suficiente para suprir a demanda das pessoas, grupos, associações e da sociedade.

Quadro 5 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais

Pergunta	Resposta
2.4 Quais servidores participaram do recolhimento?	A Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (APEP, 2007-09) Diretora do APEP na época e todos os servidores anteriores do setor de documentação do APEP participaram do recolhimento.

Fonte: elaborada pela autora 2024.

Mesmo tendo a percepção de todo o processo de tratamento das séries documentais que forma o fundo da SEGUP, ao ser indagado sobre os servidores que participaram do recolhimento, o servidor entrevistado não soube responder especificamente, pois isso aconteceu antes da sua alocação no setor de documentação do APEP.

Quadro 6 - Tratamento da série documental de Inquéritos policiais

Perguntas	Respostas
<p><b>2.5</b> Quantos estagiários já passaram por essa série?</p> <p><b>2.6</b> A quanto tempo esse processo está em andamento? Como está se desdobrando?</p> <p><b>2.7</b> Qual o prazo para a finalização da organização dessa série?</p>	<p>Porém, o novo processo que está em andamento foi dividido em 2 partes, iniciada em 2019, a primeira parte da identificação mais detalhada dos tópicos de crime/transgressão, artigo, lei e ano foi feita por 3 estagiários que trabalharam com a identificação e descrição dos inquéritos. Já a segunda parte, está sendo feita desde 2023, com a identificação de autor(es) e vítima(s), e já contou com a participação de 2 estagiários, o novo processo já dura mais de 5 anos e não tem um prazo definitivo para terminar.</p>

Fonte: elaborada pela autora 2024.

Pode-se constatar por meio da resposta recebida que o novo processo de identificação da série documental de Inquéritos Policiais feita pela equipe da documentação do APEP é um processo lento, ao ser realizada só por um estagiário de cada vez, que manipula a documentação dessa série.

Um exemplo das fichas usadas no novo processo de identificação é apresentado.

nas Figuras 3 e 4, a seguir:

Figura 3 - Ficha de Identificação, Parte 1.

The image shows a document header for the 'SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA' and 'CAINA - Bases de Dados de Inquéritos Policiais'. Below the header is a table with four columns: 'Crime/Transgressão', 'Artigo', 'Lei', and 'Ano'. The table contains a list of numbers from 01 to 50, which are likely identifiers for the records. The document is dated '11/11/2023'.

Fonte: APEP (2023)

A primeira parte do novo processo de identificação já foi concluída, entre 2019-2022, com o uso das funções de identificação dos Inquéritos Policiais, com a participação de 3 estagiários que de forma mais detalhada, depois de ler todo Inquérito Policial e também utilizar leitura seletiva coletaram os dados e preencheram as fichas de identificação manualmente com tópicos de número da caixa, unidade policial, crime/transgressão, artigo, lei e ano e a data da finalização desta ficha para fins de organização, essas fichas já foram devidamente digitalizadas em tabelas no *Word*.

Figura 4 - Ficha de Identificação, Parte 2.

Fonte: APEP (2023)

Sobre as fases da segunda parte do novo processo, inicia-se com a busca da caixa dessa série, que está guardada no acervo de Inquéritos Policiais em uma reserva técnica, depois é necessário ler todo o Inquérito Policial e também utilizar leitura seletiva para posteriormente adicionar manualmente as informações da identificação do número da caixa, unidade policial, ano, número do inquérito, autor(es) e vítima(s), às vezes é a única forma de identificação de um envolvido no Inquérito é através do vulgo, em uma ficha de identificação física e a data da finalização desta ficha para fins de organização, que futuramente vão ser digitalizadas em uma tabela no *Word*.

Quadro 7 - Acesso e Difusão da série documental de Inquéritos policial

Pergunta	Resposta
<p><b>3.1</b> Atualmente, essa série está disponível ao público?</p> <p><b>3.2</b> Se sim, há critérios e procedimentos para a disponibilização da série?</p> <p><b>3.4</b> Há restrição quanto a alguma parte dos materiais?</p> <p><b>3.5</b> O APEP promove essa série através de atividades de difusão?</p>	<p>A série documental de Inquéritos Policiais só está disponível para consulta acadêmica, o acesso só é permitido mediante uma motivação acadêmica, no caso por meio de um ofício por intermédio da instituição de ensino ou trabalho, como pesquisador comum a série não está disponível para o público.</p> <p>A série documental de Inquéritos Policiais contém restrições por se tratar de uma documentação sensível, como um acervo novo, com o recorte temporal entre 1956 a 1990, devido às pessoas que estão vivas, pessoas que participaram das ocorrências, dos crimes, existe uma grande limitação, por questões de confiabilidade, as informações são confidenciais até certo ponto, por ser uma documentação que abrange parte da ditadura, tornando a documentação da série relativamente restrita. Por isso que até a atualidade o acesso dessa série é limitado.</p> <p>O APEP promove a série documental de Inquéritos Policiais de forma limitada, o fato de abranger parte da ditadura militar acaba por atrair o público, por parte desse período, o que acaba por chamar atenção, hoje existe uma divulgação maior, já houve palestras, oficinas e exposições dentro e fora do APEP com essa documentação.</p>

Fonte: elaborada pela autora 2024.

Em relação às perguntas anteriores, em questões sobre o acesso e difusão da série documental de Inquéritos Policiais, diante das respostas, entende-se que as restrições do fundo da SEGUP, se dá por meio das legislações que estão vigentes, como Lei nº 13.709 a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a Lei nº 12.527 a Lei de Acesso à Informação (LAI), a limitação é necessária por conta da documentação que apresenta dados sensível. Compreende-se também que a vários níveis de restrições que essa documentação necessita, também devido ao fundo da SEGUP ainda não estar totalmente tratado.

Ademais, o setor de documentação do APEP promove oficinas de identificação para grupos de estudantes que duram em média cerca de uma semana, e eles acabam por trabalhar com essa documentação, ajudando a avançar no processo de identificação. Desse modo, a difusão dessa série, de certa forma, também é feita dessa maneira.

#### 4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou conceituar a identificação enquanto uma função arquivística, assim com apresentar a série documental de Inquéritos Policiais, pertencente ao fundo SEGUP, custodiado pelo APEP, com o recorte temporal de 1956 a 1990 em que essa documentação foi elaborada, e o processo de identificação na organização dessa série documental.

Compreender o modo de formação e da instituição em que foi desenvolvido esses documentos é necessário, uma vez que os documentos de arquivo são fontes de registros orgânicos, desse modo, é possível dizer que a série documental de inquéritos policiais são documentos arquivísticos, elaborados organicamente no decorrer das atribuições dessas delegacias e feitos para auxiliar nas suas demandas.

Após apresentar o contexto históricos e administrativos da elaboração desses documentos e da instituição/órgão, o trabalho mostra informações acerca da instituição que atualmente possui a guarda dessa série documental, o APEP, apresentar a sua relevância no meio arquivístico e na guarda de documentos históricos, bem como, mostrar o processo de identificação dessa série documental, evidenciando sua importância. Revelando também informações a respeito da situação em que se encontra esse processo.

Logo, o trabalho possui informações sobre o processo de identificação na organização da série documental de Inquéritos Policiais, tal como, informes de acesso e difusão da mesma, destacando a relevância dessa série documental para a sociedade.

Durante a pesquisa, foi necessário entender de forma mais aprofundada as instituições SEGUP e o APEP, compreender o seu valor para o público (estudantes, pesquisadores e outros) e para sociedade, e por meio da pesquisa e da entrevista, perceber como se deu o processo de identificação na organização da série documental de Inquéritos Policiais, bem como sua maneira de agregar e enriquecer futuros projetos e pesquisas sobre vários temas.

Os obstáculos encontrados no desenvolvimento desta pesquisa ocorreram pela falta de informações associadas à história da SEGUP e do APEP e as mudanças que tiveram com o tempo, como também a carência de informações sobre o fundo da SEGUP.

Percebeu-se que os documentos da série documental de inquéritos policiais estão em tratamento e indisponível para o público geral, devido à legislação que lida com documentos com informações e dados sensíveis porque a documentação dessa série pertence ao um fundo da SEGUP, que ainda não foi totalmente tratado. O processo de tratamento desse fundo não tem um prazo definitivo para terminar, devido ao número de pessoas envolvidas no processo de identificação.

Então, conclui-se que a função Identificação é necessária em vários níveis da organização documental, mediante ao processo realizado no APEP, por meio da referida série documental, pode-se compreender a relevância do processo da atividade da identificação e como essa organização documental pode ajudar pessoas, grupos, associações e a sociedade tanto com respostas como fomentando debates sobre várias temáticas.

Desse modo, acredita-se ainda que esta pesquisa possa contribuir para melhor compreensão da utilização da função arquivística identificação e que possa ser usada e replicada futuramente no estudo de outras fases no âmbito deste projeto e com a finalização do processo de identificação da série documental de Inquéritos Policiais, esperamos que posteriormente possa vir contribuir como referência para projetos e pesquisas sobre esse recorte temporal e as informações que neles estão contidas, agregando a história local, e contribuindo como um recurso para a memória social e sua reconstrução.

## REFERÊNCIAS

ALTA, Cruz. MANUAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS SETORIAIS. **CEP**, v. 98020, p. 290. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/10/Manual-para-Organiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Arquivos-2019.pdf> Acesso em: 19 Fev. 2025.

ALVES, Alexandre Faben. Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil. 2019. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2\\_22a7f9c173dd79a2a7efcaf9706e4150](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_22a7f9c173dd79a2a7efcaf9706e4150) Acesso em: 08 out. 2024.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **PontodeAcesso**, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868> Acesso em: 25 Fev. 2025.

BRASIL. LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)>. Acesso em: 01 Abr. 2025

BRASIL. LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 01 Abr. 2025

BUENO, Danilo André; RODRIGUES, Ana Célia. Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística em ambientes empresariais. **Prisma.com**, n. 32, p. 16-45, 2016. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2212> Acesso em: 19 Fev. 2025.

CASSIANO, Nélderson et al. Parâmetros para a identificação e controle dos documentos digitais: aportes da diplomática contemporânea. 2017. Disponível em: <https://www.bdm.ufpa.br/handle/prefix/132> Acesso em: 19 Fev. 2025.

COELHO, Marilda Martins; SCHMIDT, Clarissa. Identificação arquivística de documentos técnicos de engenharia no contexto de uma empresa de logística de petróleo. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 120-139, 2018. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/4964> Acesso em: 19 Fev. 2025.

DA PENHA, Noemi Andreza; RODRIGUES, Ana Célia. A perspectiva do conceito de identificação no âmbito da Arquivística espanhola e brasileira. **EDICIC**, v. 1, n. 4, p. 221-232, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3867046> Acesso em: 19 Fev. 2025.

DA SILVA BATISTA, Iane Maria; DA SILVA TORII, Leonardo. ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E A MEMÓRIA: notas sobre o arquivo público do estado do Pará (1894-1906). Disponível em: [http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6\\_nesp/racin\\_v6\\_nesp\\_TA\\_GT07\\_0547-0562.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT07_0547-0562.pdf) Acesso em: 25 Fev. 2025

DA SILVA, Brunna Alves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; BRITO, Ana Paula Gonçalves. Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2353> Acesso em: 08 out. 2024.

FARIAS, Luis Fellipe Loureiro et al. O fluxo documental na Procuradoria da República no Estado do Pará (PR/PA). 2018. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/629> Acesso em: 19 Fev. 2025.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística. net**, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007. Disponível em: <http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/830833/56284.pdf> Acesso em: 19 Fev. 2025.

LACERDA, Rayane Luciano de. Implantação da gestão de documentos no arquivo de recursos humanos de uma construtora de edificações habitacional na cidade de João Pessoa. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26882> Acesso em: 19 Fev. 2025.

LAGE, Maria Otília P. **Abordar o patrimônio documental**: territórios, práticas e desafios. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf> Acesso em: 03 dez. 2023.

LEME, Thalita Fernanda. A identificação arquivística como subsídio para a classificação: uma proposta metodológica para a prefeitura municipal de Marília. 2019. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182258/leme\\_tf\\_me\\_mar.pdf?sequence](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182258/leme_tf_me_mar.pdf?sequence) Acesso em: 08 out. 2024.

MORAES, Zilmilene Costa de et al. O Arquivo Público do Estado do Pará como difusor sociocultural: as múltiplas percepções da sociedade sobre o arquivo (2011-2018). 2018. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/4034> Acesso em: 25 Fev. 2025.

PACHECO, Agenor Sarraf et al. Um Guardiã em Teias: caminhos e sentidos na criação do Arquivo Público do Pará. **Americania: Revista de Estudos Latinoamericanos**, n. 2, p. 216-258, 2015. Disponível em: <http://www.upo.es/revistas/index.php/americania/article/view/1422> Acesso em: 25 Fev. 2025.

REFERÊNCIA. In: DICIO: **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, © 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de->

conteudo/publicacoes/dicionrio\_de\_terminologia\_arquivistica.pdf Acesso em: 19 Fev. 2025.

RODRIGUES, Alexandre Faben<sup>1</sup> Ana Célia. A IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO IBERO-AMERICANO. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/56162627/A\\_identificacao\\_de\\_documentos\\_no\\_contexto\\_arquivistico\\_ibero-americano.pdf](https://www.academia.edu/download/56162627/A_identificacao_de_documentos_no_contexto_arquivistico_ibero-americano.pdf) Acesso em: 19 Fev. 2025.

RODRIGUES, Ana Célia. Capítulo 10-Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-%209786559541294-11.pdf> Acesso em: 19 Fev. 2025.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf) Acesso em: 25 Fev. 2025

RODRIGUES, Ana Marcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 11, p. 102-117, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/> Acesso em: 08 out. 2024.

SANTOS, Adriana Carla Ribeiro dos et al. A trajetória de aplicação de tesouros em documentos de arquivo: a criação do microtesouro da Série Inquéritos Policiais do Arquivo Público do Estado do Pará. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/16472> Acesso em: 01 Abr. 2025

SANTOS, Jacione Oliveira Gonzaga. A identificação arquivística de registros cíveis de pessoas naturais dos cartórios notarias: um estudo de caso no Arquivo Público do Estado da Bahia. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34440> Acesso em: 19 Fev. 2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. Disponível em: <https://www.segup.pa.gov.br/> Acesso em: 25 Fev. 2025

SILVA, Jonas Mescouto da et al. O Acervo da divisão de ordem política e social do Estado do Pará: recolhimento, tratamento e acesso. 2022. Disponível em: [https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/6301/1/TCC\\_AcervoDivisaoOrdem.pdf](https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/6301/1/TCC_AcervoDivisaoOrdem.pdf) Acesso em: 03 dez. 2023.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. 2003. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/1439> Acesso em: 25 Fev. 2025.

SOUZA, Vanessa Aline Schweitzer et al. Normalização e funções arquivísticas: relato de experiência de aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 26, n. 2, p. 10, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8074742> Acesso em: 19 Fev. 2025.

TORII, Leonardo. O Guardião da Memória do Estado do Pará: Acesso à Informação e Política na Criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1890-1916). XXVIII

Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis. 2015. Disponível em:  
[https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434414754\\_ARQUIVO\\_leonardotorii.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434414754_ARQUIVO_leonardotorii.pdf) Acesso em: 03 dez. 2023.